

Coragem e resistência: a história das mulheres camponesas no Paraguai

A **Comissão de Vítimas do Massacre de Curuguaty** surge como uma iniciativa para exigir justiça e reparação para os eventos ocorridos na cidade de Curuguaty em 15 de junho de 2012, no contexto da luta camponesa contra a desapropriação ilegal de terras, que desde 1967 está sendo travada nessa área.



O conflito atingiu a expressão máxima da violência após uma operação realizada por mais de 300 policiais armados para despejar as famílias que lá viviam, deixando 17 pessoas mortas: 11 camponeses e 6 policiais. Depois disso, um tribunal de sentença condenou 11 camponeses e camponesas pela morte dos seis policiais. No entanto, o assassinato dos camponeses não teve nenhuma investigação judicial.

Nesse momento, foi criado o grupo de mulheres da Comissão de Vítimas de Curuguaty, que bravamente resistiu a esse processo de criminalização, que, por sua vez, é fruto de uma estratégia frequentemente usada pelos governos e empresas na América Latina para despejar as comunidades de seus territórios, em resposta a lógicas violentas, extrativistas e neoliberais.

As mulheres se organizaram politicamente para apelar ao processo legal, por meio de mobilização e de alianças com outras defensoras e organizações da Região. Elas realizaram campanhas na mídia para dar visibilidade ao caso, obtiveram recursos para realizar a defesa legal de suas companheiras perante os juízes de seu país e para destacar a importância de lutar contra a estigmatização por serem defensoras dos bens comuns e do território criminalizadas pelo Estado. Em 2016, as camponesas da Comissão de Vítimas instalaram *A Tenda da Resistência* em frente ao Poder Judiciário de Assunção, onde as mães, esposas e filhas das vítimas permaneceram dia e noite por mais de dois anos reivindicando a investigação pertinente no caso de suas companheiras assassinadas.



O FAU-AL acompanha esse processo desde 2016. Em primeiro lugar, graças a um Apoio de Resposta Rápida, facilitamos fundos para a contratação de um advogado que pudesse registrar a petição de habeas corpus na Suprema Corte do Paraguai. Em março de 2018, fizemos eco da resistência de Lucía Agüero, María Fani Olmedo e Dolores López, condenadas a prisão domiciliar, ouvindo suas vozes no relatório: *"Impunidad de las violencias contra mujeres defensoras de los territorios, los bienes comunes y la naturaleza en América Latina"* lançado durante alguns eventos paralelos à CSW62 em Nova York. Nesse lançamento, contamos com a voz e a força de Josefa Acosta, jovem líder da reserva Marina Kue. Finalmente, em abril de 2018, durante uma viagem de reconhecimento ao país, pudemos visitar o local do massacre e a reserva Marina Kue, onde cerca de 120 famílias vivem em condições muito precárias e sob risco constante de deslocamento.



Em 26 de julho de 2018, depois de toda a resistência das mulheres e seus processos de incidência local, regional e global, a Câmara Criminal do Supremo Tribunal de Justiça revogou a sentença dos 11 camponeses condenados, que foram soltos. Nas palavras de Martina Paredes: "Foram dois anos de frio, calor, chuva, vento na Tenda, mas nós

conseguimos e vamos em busca de mais." A resistência camponesa pela legalização das terras de Marina Kue e a investigação do assassinato dos 11 camponeses no despejo violento de 2012 continuam, para a busca de justiça, da verdade e de reparação.